

Plano Brady reduz dívida

JORNAL DO BRASIL

Beatriz Abreu

11 ABR 1983

BRASÍLIA — O governo está fazendo as contas e espera que no segundo semestre possa reduzir em no mínimo US\$ 6 bilhões a sua dívida externa com a concretização do Plano Brady, programa formulado pelo governo dos Estados Unidos para aliviar a dívida dos países em desenvolvimento. A aplicação do plano, que em três anos poderá proporcionar ao Brasil uma redução de cerca de US\$ 30 bilhões do estoque da dívida com os bancos credores, exigirá, porém, do sucessor do presidente José Sarney um compromisso: manter os acordos de ajustamento econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), sustentados por relações bastante cordiais com a comunidade financeira internacional.

"Caso o sucessor do presidente decida repudiar a dívida externa estará tudo perdido", comentou um assessor governamental, lembrando ser "condição fundamental" para os países participarem do Plano Brady a formalização de acordo com organismos multilaterais.

Na verdade, o Plano Brady abre duas vertentes de ação para reduzir a dívida

dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo que garantirá a compra de títulos no mercado secundário, atuará também na redução do patamar dos juros embutidos nos financiamentos. As propostas iniciais apontam para a possibilidade de os juros baixarem da casa dos 10% a 11% para algo em torno de 4,5% a 5%, uma iniciativa que tem despertado o interesse de Maílson da Nóbrega. A seus assessores Maílson tem manifestado mais simpatia por esta alternativa. "A redução dos juros é mais fácil de viabilizar", imagina um deles. O problema, no entanto, não é tão simples, porque os bancos credores estão exigindo do FMI e do Bird garantia de pagamento, caso os países não honrem seus compromissos externos.

Ao mesmo tempo em que acompanha o desenrolar do cenário externo, o Maílson da Nóbrega adotou seus próprios caminhos, impulsionado pelas palavras finais de Nicholas Brady, no encontro da semana passada: "Apresente o programa brasileiro de redução da dívida". E é nesta direção que se debruçaram o assessor para assuntos internacionais, Sérgio Amaral, e o diretor da área externa do Banco Central, Armin Lore. "Vamos trabalhar com todas as alternativas combinando adequadamente redução

dos juros e do estoque", comentou Amaral, que não descarta uma ação paralela aos instrumentos idealizados no final do ano passado para diminuir o tamanho da dívida. As alternativas passam pela troca dos papéis brasileiros por de outros países; novos instrumentos de securitização e o lançamento de bônus, também a partir do segundo semestre. O processo de redução pela via da conversão em investimento — que proporcionou ao país uma economia de US\$ 6 bilhões até dezembro de 88 — ficará em marcha lenta este ano, devido às implicações na administração de uma política monetária austera.

Até que o Brasil se candidate ao Plano Brady alguns procedimentos serão seguidos. É preciso alterar o acordo negociado com os bancos para permitir que o país vá ao mercado negociar seus títulos, resolver pendências com o Banco Mundial e, mais do que isto, negociar um acordo para as metas de desempenho da economia este ano que satisfaça ao Fundo Monetário e sejam de inquestionável cumprimento. O rigor nestes acordos será exigido e é por isso que a lista dos beneficiários do plano é liderada por países como a Argentina e o México, que cumprem programas mais ortodoxos com o FMI.